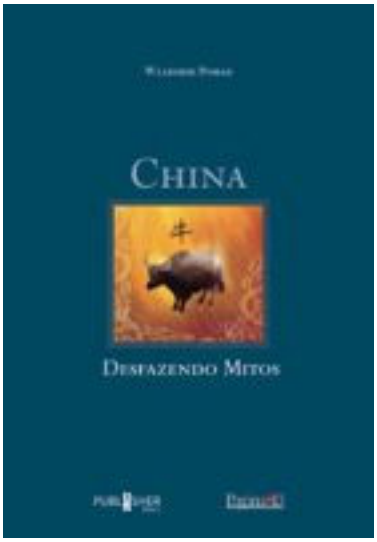
Revista Espaço Acadêmico – Mensal – Nº 101 – Outubro de 2009 – ISSN 1519-6186
DOSSIÊ: 60 ANOS DA REVOLUÇÃO CHINESA
http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index

China - 60 anos de República Popular

Wladimir Pomar*



Em dezembro de 1949, após mais de 23 anos de guerras, tanto civis, quanto de resistência contra a agressão japonesa, a China assistiu à fundação da República Popular, com a vitória do Exército Popular de Libertação, tendo à frente o Partido Comunista, sobre os exércitos comandados pelo Guomindang.

Primeiros passos

A reforma agrária, iniciada no curso da última guerra civil, resultou na nacionalização da terra e sua entrega, em usufruto, a mais de 150 milhões de camponeses. Ao eliminar as antigas formas feudais de exploração dos trabalhadores rurais e democratizar a propriedade agrária, a República Popular atendeu a uma das principais bandeiras levantadas pelo Dr. Sun Yatsen, desde o final do século 19.

Os tratados desiguais que, por mais de um século, permitiram às potências imperialistas espoliar e humilhar a China, foram rasgados, restituindo a soberania nacional ao povo chinês. As propriedades das empresas imperialistas, assim como dos chineses que haviam colaborado com os agressores japoneses, foram nacionalizadas e transformadas em empresas estatais ou coletivas.

A propriedade privada da burguesia nacional foi mantida, em concordância com o Programa da Nova Democracia, de 1946, que previa uma aliança de longo prazo com essa classe social, tendo em vista a necessidade de desenvolver as forças produtivas de uma China ainda extremamente pobre e atrasada.

Mesmo confrontada com um país destruído por tantos anos de guerra, o bloqueio político, econômico e militar das potências imperialistas, as ameaças da Guerra da Coréia e de guerra nuclear, a República Popular foi capaz de reconstruir o país e garantir, num primeiro momento, os direitos humanos básicos de alimentação, moradia, educação e saúde para a maioria do povo chinês. Em 1953, a economia chinesa havia se recuperado ao nível anterior à agressão militar do Japão.

No entanto, para manter a soberania recuperada, proteger-se contra as ameaças da Guerra Fria, e avançar em suas propostas de ingressar numa sociedade socialista, a República Popular necessitava desenvolver suas forças produtivas rápida e urgentemente. Precisava investir na industrialização do país. Isto, num contexto em que seus poucos aliados

internacionais, como a União Soviética, haviam saído combalidos da Segunda Guerra Mundial e investiam o que tinham na própria recuperação. E em que aqueles que tinham capitais excedentes, como os Estados Unidos, olhavam a Nova China como inimigo mortal.

Assim, sem poder contar com riquezas internas acumuladas, nem com capitais externos, o único caminho que restava à República Popular, para avançar na industrialização, era a utilização do sobre-trabalho de seus operários e camponeses. Foi na utilização desse capital que se baseou o Primeiro Plano Qüinqüenal chinês, para construir a base de sua indústria pesada.

Desvios de rota

Nessas condições, era inevitável que ocorressem desequilíbrios entre a indústria pesada, a agricultura e a indústria leve. Também era inevitável que camponeses e operários reclamassem que seu sobre-trabalho fosse desviado para produzir aço, máquinas e fábricas, ao invés de produzir bens que lhes propiciasse um melhor padrão de vida.

Paralelamente a esses problemas, nas zonas rurais ressurgiu uma intensa luta de classes, opondo camponeses pobres a camponeses médios e abastados, tendo como fulcro o usufruto da terra, que tendia a ser dominado, mais uma vez, pelos mais ricos, detentores de saber e de relações econômicas e sociais antigas.

A resistência dos camponeses pobres teve início com o movimento de ajuda mútua. Desembocou depois na organização de cooperativas de nível inferior e, logo, em cooperativas de nível superior, nas quais todos os meios de produção passavam à propriedade coletiva. Com isso, os camponeses pobres subordinaram os camponeses ricos e os médios, igualando todos por baixo, na velha tradição de todas as revoltas camponesas ocorridas na história chinesa.

Os desequilíbrios na economia, a luta de classes no campo, as tentativas da burguesia nacional de lucrar com a especulação de alimentos, os movimentos contra-revolucionários, que tentavam se aproveitar das dificuldades do novo regime, as ameaças da Sétima Frota dos Estados Unidos e dos exércitos do Guomindang, no estreito de Taiwan, a Guerra Fria e sua ameaça nuclear, tudo isso dificultava o desenvolvimento econômico e social chinês, impondo-lhe desafios de toda sorte.

Foi num quadro como esse que a República Popular acabou por se desviar do Programa da Nova Democracia, embora todos esses desvios tenham contato com intensa participação popular. Os movimentos massivos das Cem Flores, Comunas Populares, Grande Salto Adiante e Quatro Modernizações, além dos constantes reajustamentos entre um e outro, expressaram apenas as tentativas contraditórias de desenvolver as forças produtivas, com ou sem o concurso da burguesia e de formas capitalistas de propriedade.

O mais radical de todos esses movimentos massivos foi a Revolução Cultural, entre 1966 e 1976, que levou ao limite a idéia da socialização completa da propriedade, da abolição do mercado, e da participação democrática direta das massas no poder, na suposição de isso permitiria desenvolver as forças produtivas. Mais uma vez, como em todas as grandes revoltas da história chinesa, o igualitarismo econômico e social camponês foi a força propulsora que

levou massas de milhões a desafiar o Partido Comunista e o poder instaurado em 1949.

A Revolução Cultural deixou feridas profundas, e talvez sejam necessários muitos anos, até que suas causas e seus desdobramentos possam ser avaliados pela serenidade fria da história. De qualquer modo, há um certo consenso de que ela esgotou a idéia de que seria possível realizar a transição socialista de uma sociedade como a chinesa, pobre e tecnicamente atrasada, sem contar com a participação do mercado e de diferentes formas de propriedade, inclusive capitalistas, para desenvolver as forças produtivas sociais.

Debate sobre a experiência histórica

Com isso, a República Popular retornou ao materialismo histórico de Marx, para quem nenhuma formação econômico-social abandona a história sem haver esgotado todas as suas possibilidades, e também ao Programa da Nova Democracia, que propugnava uma aliança de grande duração com a burguesia nacional.

Nesse debate, os chineses acharam necessário realizar uma retirada parcial, no estilo da Grande Marcha, para superar os elementos de instabilidade política e ideológica, como o facciosismo e o anarquismo, encaminhar a solução dos problemas mais aflitivos do povo, e realizar as "quatro modernizações".

Apesar das críticas a Mao Zedong por sua participação na Revolução Cultural, sua linha de massas (tomar as massas como o centro das preocupações) e seu estilo de trabalho (procurar a verdade nos fatos, ou tomar a prática como critério da verdade), foram reafirmados. Foram considerados decisivos para emancipar as mentes e tomar a democracia como condição maior, institucionalizando-a, de modo a combinar, em alto grau, democracia e centralismo, e distinguir as contradições dentro do povo das contradições entre o povo e o inimigo.

Além disso, era preciso reconhecer que, apesar de todos os avanços, a China ainda era um dos países mais pobres do mundo. Suas forças científicas, tecnológicas e educacionais estavam 20 a 30 anos atrás dos países desenvolvidos. Além disso, a China possuía uma população imensa, com pouca terra arável. A revolução científica e tecnológica, pela qual passava o mundo, mudara as condições da produção industrial e agrícola, que requeria um pequeno número de pessoas.

Então, como modernizar a China e, ao mesmo tempo, dar trabalho e bem-estar à sua enorme população? Como evitar que as "quatro modernizações" criassem uma imensa população excedente e pobre? As experiências de desenvolvimento científico e tecnológico do mundo capitalista apontavam para uma crescente massa de desempregados, o que ia contra os princípios socialistas.

Essas preocupações levaram a República Popular a ancorar-se nos antigos princípios ideológicos e políticos, que haviam orientado seus fundadores. Isto é, ter como *princípios cardeais* na definição das políticas de modernização o caminho socialista, o regime democrático popular, a direção do Partido Comunista, e o guia teórico do marxismo e do pensamento Mao Zedong.

Tiveram em conta que a China só se recuperara como nação ao enveredar pelo caminho socialista. Embora as reformas representassem um recuo estratégico, este podia transformar-se

em ofensiva, desde que almejasse uma civilização com um alto nível cultural e ideológico, tendo como suporte uma civilização material forte.

Nesse sentido, o combate aos crimes econômicos tornou-se vital. Não seria possível enfrentar a corrupção, nem os distúrbios, pequenos e grandes, causados pelo processo de modernização, sem uma forte adesão ideológica ao socialismo, ao regime democrático popular e à liderança do PC. Toda vez que essa adesão se enfraquecera, como na Revolução Cultural, a China correra o perigo de perder-se.

Por outro lado, seria necessário mudar a errônea falta de respeito aos intelectuais, para desenvolver a ciência e a tecnologia e dar, à educação, o papel chave da modernização. Seria necessário, ainda, mudar o sistema de liderança, acabando com a concentração de poderes e distinguindo entre as responsabilidades do Partido Comunista e do governo, para evitar que o primeiro substituísse o segundo. O que exigia o fim da vitaliciedade em postos de direção e a melhoria da seleção e rodízio de dirigentes.

Desse modo, ao invés de abandonar o marxismo e o pensamento Mao Zedong, teorias que haviam desempenhado papel importante nas transformações do país, a República Popular precisava deles para forjar uma nova unidade social e política.

Reajustamentos preliminares

Em 1978 e 1979, em pleno curso do debate sobre a experiência histórica da revolução, da República Popular e das reformas, a China adotou reajustamentos importantes na agricultura e em sua política de abertura ao exterior.

Na agricultura, que sempre foi o fundamento da nação chinesa, foram introduzidas mudanças no sentido de elevar os preços pagos pelo Estado aos produtores agrícolas e de permitir que os próprios camponeses organizassem sua produção e pudessem vender livremente seus excedentes, ao Estado ou no mercado.

Os "contratos de responsabilidade", criados por iniciativa camponesa, passaram a gerir as relações entre as famílias camponesas e as cooperativas, e foram tomados como base para as reformas implementadas no campo, de 1980 a 1984. Isso levou à retomada da economia agrícola familiar, como a principal unidade produtiva, substituindo paulatinamente as comunas populares. E resultou na elevação da produção agrícola, de 304 milhões para 450 milhões de toneladas.

Paralelamente a isso, a República Popular já havia dado um salto em sua abertura ao exterior, iniciada nos primeiros anos de 1970, em plena vigência da Revolução Cultural, quando os Estados Unidos e a maioria dos países ocidentais reconheceram a existência de uma só China e a República Popular como seu governo legítimo. Com isso, a China ocupou seu lugar na ONU e em seu Conselho de Segurança, e passou a exercer um crescente papel nos organismos internacionais.

Assim, a partir de 1979, a República Popular passou a permitir investimentos estrangeiros em seu território, com a criação das Zonas Econômicas Especiais-ZEE e dos portos abertos. Esta abertura, porém, não foi geral, nem indiscriminada. Durante mais de uma década, os investimentos estrangeiros limitaram-se às ZEE. Tinham como condição se associarem a uma empresa nacional,

estatal ou coletiva, aportarem novas tecnologias, e exportarem toda a sua produção. O mercado doméstico estava aberto às novas tecnologias das ZEE, que podiam ser úteis à modernização das empresas nacionais, mas não aos produtos de suas empresas.

Desse modo, a China praticou abertura e protecionismo. Só à medida que suas próprias empresas ganharam experiência e competitividade para disputar com as empresas estrangeiras, ela foi abrindo seu mercado doméstico.

A nova Grande Marcha

No processo de reformas, a República Popular optou por um programa gradual, de longa duração. Tendo por base experimentos variados, por meta uma economia moderadamente desenvolvida em duas décadas e, por perspectiva, 30 a 50 anos de desenvolvimento progressivo, a China iniciou suas reformas agrícolas em 1980, a as reformas urbanas na indústria, comércio, finanças, serviços, educação etc, em 1984.

As reformas, ainda hoje, utilizam várias combinações estratégicas. Elas relacionam planejamento e mercado, propriedade social e propriedade privada, trabalho intensivo e capital intensivo, tecnologias baixas e altas, protecionismo e livre comércio, e regulação e des-regulação.

O mercado voltou a ser a base do cálculo econômico e o principal regulador dos preços e das demandas produtivas. Mas o Estado, através do planejamento macroeconômico e macro-social, retifica os desvios do mercado e o orienta de acordo com as estratégias da construção econômica e das reformas.

A estrutura de propriedade manteve o setor público (estatal e coletivo) como principal. Ao mesmo tempo, garantiu o funcionamento de empresas individuais e privadas, nacionais e estrangeiras, assim como de empresas mistas. Ao completar 60 anos de existência, a República Popular da China deve possuir mais de 30 milhões de empresas individuais e privadas, 250 mil empresas sino-estrangeiras e exclusivamente estrangeiras, 680 mil empresas cooperativas por ações, e cerca de 10 milhões de empresas de propriedade pública (estatais e coletivas). Estas últimas respondem por mais de 45% do PIB.

As reformas tinham como meta dobrar o PIB entre 1980 e 1990 e dobrá-lo novamente entre 1990 e 2000, tendo por base o PIB de 1980. Entre 2000 e 2010 o PIB deveria ser dobrado novamente, mas desta vez tendo como base o PIB de 2000. Quanto à distribuição da renda, ela deveria acompanhar de perto o crescimento da economia, de tal modo que em 2000 não houvesse mais nenhum chinês abaixo da linha da pobreza e, em 2010, as camadas inferiores da população estejam vivendo um padrão médio comparável ao dos belgas.

Em termos concretos, em 1995 a China tinha quadruplicado seu PIB, alcançando em 2000 uma cifra superior a 1,2 trilhão de dólares em termos de paridade cambial, ou cerca de 5 trilhões de dólares em termos de paridade de poder de compra. Enquanto o crescimento econômico cresceu a uma média de 8% a 9%, durante 20 anos, a renda da população urbana e rural cresceu a uma média de 5% a 6%.

Das 250 milhões de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza em 1990, restaram menos de 20 milhões nessa condição na passagem do século. E a meta de dobrar novamente seu PIB até 2010, isto é, quase 2,5 trilhões de dólares pela paridade cambial e cerca

de 12 trilhões de dólares, pela paridade de poder de compra, está sendo alcançada antes do prazo.

Assim, embora esteja em conformação a base material sobre a qual a República Popular está erigindo uma nova civilização cultural ou espiritual, e que o ritmo de construção dessa base material pareça alucinante para países estagnados ou com baixo crescimento, o desenvolvimento econômico e social chinês ainda tem um longo caminho a percorrer.

Como eles próprios reconhecem, seu ponto de partida estava historicamente muito atrasado. Além disso, a imensidão de sua população dilui qualquer produção bruta, por mais elevada que seja. E a paz, que tanto necessitam para levar a bom termo seu programa, não depende somente deles.

Problemas do século 21

A China possuía, em 2008, mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes. Eles continuavam constituindo cerca de 22% da população do globo, enquanto sua terra arável compreendia apenas 7% do planeta. Afora isso, nas zonas rurais ainda estão concentrados cerca de 56% de sua população.

No processo de modernização iniciado em 1978-80, a pressão sobre a produção agrícola aumentou. A elevação do poder de compra da população incrementou a procura por alimentos, enquanto as periferias das cidades, as novas estradas, avenidas, fábricas e zonas habitacionais avançaram sobre as terras agrícolas, reduzindo as áreas de cultivo.

Apesar dessas dificuldades, a China deu um salto em sua produção de grãos, chegando a 510 milhões de toneladas. Algodão, oleaginosas, cana e frutas também apresentaram aumentos significativos. E o volume de produtos aquáticos cultivados, que era de 4 milhões de toneladas em 1978, atingiu 36 milhões de toneladas.

Porém, as tecnologias tradicionais não são mais capazes de fazer com que a produção agrícola da China cresça a uma taxa mínima de 1% ao ano. Isto só será possível elevando a produtividade do solo e do trabalho, com o uso da ciência e da tecnologia. O que está acarretando um crescente excesso de mão-de-obra agrícola.

Para evitar desemprego e êxodo massivos no rumo das cidades, a República Popular está empenhada, desde 2006, num vasto programa de modernização das zonas rurais. Ele abrange a construção das infra-estruturas educacional, de saúde, cultural, de transportes, energia e telecomunicações, a universalização dos sistemas educacionais e de saúde pública, pensões, aposentadorias e seguro desemprego, assim como a consolidação do sistema de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos cantões e povoados.

Estas empresas, já responsáveis por mais de 50% do valor da produção das zonas rurais e pelo emprego de mais de 130 milhões de trabalhadores, devem ampliar seu papel de absorção dos trabalhadores excedentes da agricultura, contribuindo para a urbanização do campo chinês e para a elevação da renda rural.

Apesar das diferenças ainda existentes entre a renda rural e urbana, a melhoria geral da renda no país pode ser medida pelas mudanças na estrutura de consumo. Na estrutura alimentar, diminuiu o consumo de cereais e cresceu o de carnes, ovos, leite, verduras e frutas. O consumo de roupas também passou dos modelos simples

para modelos variados, ao mesmo tempo em que no varejo aumentou o consumo de roupas prontas e caiu o de tecidos.

Das "quatro velhas peças" de consumo – bicicleta, relógio, máquina de costura e rádio – os chineses passaram primeiro para as "seis novas peças" – televisor, geladeira, lavadora, gravador, ventilador e máquina fotográfica. E, a partir do final dos anos 1990, incorporaram o telefone, computador e moradia.

As mudanças mais significativas ocorreram, porém, na proporção entre gastos com alimentos e gastos com educação e cultura. No ano 2000, os gastos com alimentos já haviam baixado para 44,5% nas cidades e 53,4% nas zonas rurais. Mas os gastos com educação e cultura, incluindo turismo, haviam subido para mais de 13% nas cidades e mais de 10% nas zonas rurais. Essa tendência se acentuou nos últimos anos.

Resumindo

Nesta nova Grande Marcha, a China se transformou na principal fábrica do mundo. Seu crescimento introduziu uma nova configuração produtiva, contribuindo decisivamente para o controle mundial da inflação, e jogando papel importante em colocar no mercado global cerca de 40% da população do planeta.

Por outro lado, ritmos muito rápidos de crescimento, assim como ritmos lentos, têm causado instabilidade social. O crescimento médio de cerca de 10%, entre 1980 e 2008, permitiu melhorar o padrão de vida do povo e tornar mais sólidos os fundamentos econômicos do país.

No entanto, esse ritmo, o mais elevado da história chinesa após 1949, e da história mundial no período de 1980 a 2008, colocou em tensão a infra-estrutura, pressionou os preços, causou pressões inflacionárias, e criou condições para o surgimento de surtos de instabilidade política, como o de 1989. Uma transformação desse porte também acarretou novos problemas, ambientais, disparidades regionais e entre pobres e ricos, riscos financeiros e corrupção.

Por isso, ao completar 60 anos, a República Popular está envolvida nos esforços para adotar a "construção verde" como centro dos projetos econômicos, fechando empresas e minas poluidoras, obrigando a realização dos estudos de impacto ambiental, desenvolvendo métodos de monitoramento, conservação e recuperação ambiental, impondo compensações pelo uso de recursos e por danos causados ao meio ambiente, e reduzindo o consumo de energia em 20%, até 2010.

Ao mesmo tempo, de modo a reduzir os desequilíbrios regionais e entre as zonas urbanas e rurais, a China extinguiu os impostos agrícolas, está acelerando a universalização do sistema de segurança social e de serviços públicos, e ampliando os transportes, o abastecimento de água, a educação e o atendimento médico nas zonas rurais.

Ela também segue firme em sua política de redistribuição de renda, através dos aumentos salariais, universalização das aposentadorias, pensões e seguros-desemprego, elevação do padrão de vida das 20 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo da linha da pobreza, garantia dos direitos dos trabalhadores migrantes, e elevação das taxas pagas pelas classes de renda mais alta, para estender e baratear os serviços públicos.

Durante a crise global iniciada em 2008, a China se empenhou em reduzir os

riscos globais, reiterando sua política de coexistência pacífica, aprofundando as reformas de seu sistema financeiro, diminuindo o desequilíbrio no comércio internacional do país, através do aumento das importações, e constituindo fundos financeiros para projetos no exterior.

Ela também tem reiterado que persiste na constante extensão dos direitos democráticos, reforçando o sistema de congressos populares, e ampliando os sistemas de cooperação multipartidária, consulta política, e auto-gestão nos níveis primários da sociedade.

Embora já seja o segundo país em PIB pela paridade do poder de compra, a República Popular assegura que a China ainda é um país em desenvolvimento. Reitera que se encontra na fase primária de construção de seu socialismo com características chinesas. E que, paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas, se empenha em construir uma sociedade harmônica, que sirva de base a uma civilização política e culturalmente avançada.

Nessas condições, em 60 anos de existência, a República Popular da China apenas parece haver encontrado o caminho para alcançar seus objetivos estratégicos, de transitar da revolução democrático popular para o socialismo. Seus êxitos e seus riscos são de igual magnitude. Embora tenha avançado muito rapidamente no desenvolvimento de suas forças produtivas, sua contrapartida foi o ressurgimento, na China, de uma classe burguesa detentora de meios de produção.

Assim, a experiência histórica da República Popular da China é extremamente valiosa para demonstrar que não existem modelos de revolução, nem de construção socialista. E que a construção de uma nova sociedade, a partir de uma sociedade capitalista atrasada, talvez seja ainda mais complexa, mesmo após uma revolução, porque não se pode destruir por decreto uma formação econômica e social que ainda não esgotou todas as suas possibilidades históricas.

* **WLADIMIR POMAR** é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais "O enigma chinês: capitalismo ou socialismo" (Alfa-ômega); "China, o dragão do século XXI" (Ática); "A revolução chinesa" (Unesp); e, o mais recente, "China: desfazendo mitos" (Publisher Brasil; Editora Página 13: 2009).